

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.620 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

Terceirização de limpeza dará novas garantias ao empregado

O Senado aprovou projeto que disciplina a terceirização dos serviços de asseio e conservação pelos setores público e privado. Entre as inovações, está a exigência de seguro que garanta o pagamento da rescisão aos empregados em caso de fechamento da empresa. O texto vai à sanção presidencial.

PÁGINA 2

Trabalho do Legislativo fica mais acessível ao cidadão

Três produtos lançados ontem pelo Senado ampliam o acesso da sociedade às atividades do Legislativo. A TV Senado passa a transmitir uma série sobre o exame do Orçamento; começa a funcionar, via Intranet, a Central de Produção de Pauta; e a Rádio Senado Ondas Curtas ganha programação própria.

PÁGINA 8

Senado aprova programa de combate permanente à seca

Interligação da Bacia do São Francisco com as de outros rios do Nordeste está prevista no projeto que será enviado à sanção do presidente da República

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que autoriza o governo federal a criar o Programa Permanente de Combate à Seca (Proseca). O programa tem por objetivo realizar levantamento dos recursos hídricos do semi-árido nordestino e identificar a demanda por água na região.

PÁGINA 3



TV Senado



Fotos: Roque de Sá

Relatório de Marluce Pinto foi aprovado na comissão presidida por Mozarildo Cavalcanti

CPI pede mais investigação sobre crimes praticados por nove ONGs

PÁGINA 5



O senador Sérgio Machado (C) deve concluir relatório neste fim de semana

Machado espera entregar relatório do Orçamento na segunda-feira

PÁGINA 6

Senadores aprovam regras para a terceirização de serviço de limpeza

Projeto, que vai à sanção, fixa critérios sobre saúde financeira da empresa a ser contratada e condições de trabalho dos empregados, além de exigir capital mínimo de R\$ 120 mil

O Plenário aprovou ontem e enviará à sanção presidencial projeto de lei que disciplina a terceirização dos serviços de asseio e conservação por órgãos públicos e privados. Oriunda da Câmara dos Deputados, a proposta de regulamentação das atividades estabelece critérios sobre a saúde financeira das empresas responsáveis pela execução dos serviços terceirizados e as condições de trabalho dos empregados.

O projeto estabelece que as empresas devem garantir o valor necessário para o pagamento das verbas de rescisão de trabalho dos empregados por meio de apólice de seguro para ser usada em caso de fechamento da firma. Para aumentar a segurança de que os serviços serão prestados, as empresas devem possuir capital mínimo de R\$ 120 mil.

Em regime de urgência, o Plenário acolheu projeto que corrige fa-

lha em resolução do Senado que autorizou a contratação de empréstimo externo no valor de US\$ 7 milhões, destinados ao Projeto Hemodiálise do Ministério da Saúde.

Realizou-se ontem a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que altera a destinação do salário-educação. Também houve a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que define o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de Previdência Social.

Com a aprovação, pela Comissão Diretora, de requerimento solicitando informações ao Ministério da Saúde, o presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou o sobrestamento da votação do projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que possibilita aos



Ramez Tebet anunciou a suspensão do exame de proposta que permite aos hospitais universitários captarem recursos mediante internações

hospitais universitários captar recursos provenientes de internações.

Foi adiada a votação, em primeiro turno, de duas propostas de emenda constitucional: do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-

RR), que inclui entre as competências privativas do Senado a aprovação prévia de demarcação de terras indígenas, e da senadora Marina Silva (PT-AC) que regulamenta a aposentadoria do extrativista vegetal.

Projeto impõe maior rigor para criação de municípios

A criação de novos municípios só poderá ser proposta por deputados estaduais e terá de obedecer a parâmetros mínimos, de acordo com um Estudo de Viabilidade Municipal. Essa é a determinação do projeto de lei aprovado ontem pelo Plenário do Senado que disciplina também a fusão, a incorporação e o desmembramento de cidades. A proposta vai à sanção do presidente da República.

Conforme o projeto, o novo município não deve inviabilizar o município de origem. O proje-

to, de autoria do deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP) prevê ainda a realização do plebiscito para a criação de nova cidade, e estabelece normas sobre o período de transição, que envolve a transferência de propriedades e de servidores.

O Estudo de Viabilidade Municipal deve avaliar condições socioambientais, urbanas, econômicas, políticas e administrativas, além da previsão de receitas, transferências do Fundo de Participação dos Municípios e custos administrativos.

Iniciativa popular ganha comissão permanente

O Senado aprovou ontem o projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria a Comissão de Participação Legislativa. O órgão será encarregado de examinar sugestões encaminhadas por sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, que poderão ser transformadas em projetos de lei e ter tramitação normal.

A Câmara dos Deputados criou, em maio de 2001, órgão semelhante ao proposto por Marina Silva. Ela diz que essa comissão vem facilitando a apresentação de pro-



Célia Azerêdo

Órgão foi criado por projeto de resolução de Marina Silva

postas legislativas pela sociedade.

Os senadores também aprovaram projeto de lei da Câmara dos Deputados que dá ao Aeroporto de Navegantes, que atende o Vale do Rio Itajaí, em Santa Catarina, a denominação de Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder. O homenageado, nascido em Itajaí, foi ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Washington Luís, entre 1926 e 1930.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 2/02, altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição federal (destinação do salário-educação); votação, em primeiro turno, da PEC nº 14/02, cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/02, altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de Previdência Social; PLC nº 106/02, altera a redação do artigo 84 do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), dispõe sobre foro especial de processo e julgamento a ex-autoridade; PLS nº 108/02, altera a redação do parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 10.201/01, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP); PLS nº 240/02, dá nova redação ao artigo 22 da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos; e Requerimento nº 519/02, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 90/99 com o PLC nº 54/02, por regularem sobre a mesma matéria.

COMISSÕES

Terça-feira

10h - Comissão Mista de Orçamento
Pauta: apreciação de relatórios apresentados a avisos e projetos remanescentes de pautas anteriores.
12h, 14h, 16h e 18h - apreciação de matérias em tramitação na comissão e apreciação do relatório final apresentado à proposta orçamentária para 2003. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

Quarta-feira

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
10h, 12h, 14h, 16h e 18h - apreciação de matérias em tramitação na comissão e apreciação do relatório final apresentado à proposta orçamentária para 2003. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Autorizadas renovações e concessões para rádio e TV

Foram aprovados ontem pelo Plenário 20 projetos de decreto legislativo que outorgam ou renovam concessões a emissoras de rádio e TV. Entre as propostas aprovadas estão três que renovam as autorizações dadas ao SBT em São Paulo, Belém (PA) e Nova Friburgo (RJ).

Na discussão dos projetos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ponderou que, com a constituição do Conselho de Comunicação Social pelo Congresso, é importante que o órgão se pronuncie sobre cada uma das concessões. Como líder do Bloco Oposição, Suplicy recomendou o voto favorável aos projetos, mas disse que gostaria de conhecer as recomendações do conselho sobre o assunto.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, esclareceu que, à medida que chegarem solicitações para que os projetos sejam objeto de análise do conselho, eles serão enviados ao órgão. Segundo Tebet, até o momento não houve requerimen-

to nesse sentido. Ele informou que o regimento interno do conselho já foi publicado no *Diário do Congresso Nacional*.

UNISINOS

Na sessão, os senadores pelo Rio Grande do Sul comemoraram a aprovação do projeto que outorga à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinis) concessão para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens em Novo Hamburgo (RS). A senadora Emilia Fernandes (PT-RS), relatora do projeto, registrou que a Unisinis é uma das universidades mais tradicionais do país, fundada com a chegada dos jesuítas à região.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou que a Unisinis realizará um projeto pioneiro em prol da comunidade por meio da televisão. O senador José Fogaça (PPS-RS) agradeceu ao Ministério das Comunicações e ao presidente do Senado por possibilitarem que a outorga ocorresse antes do fim do ano.

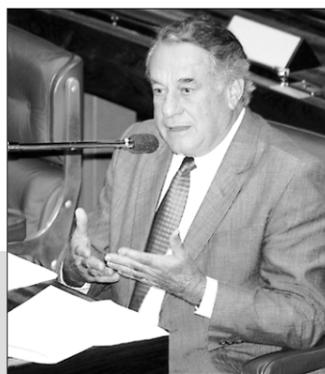
Senado aprova programa permanente contra a seca

Projeto, que será enviado à sanção presidencial, prevê a interligação da Bacia do São Francisco com as de outros rios da Região Nordeste

Com a aprovação de projeto de lei pelo Senado, na sessão de ontem, o Congresso Nacional autoriza o governo federal a criar o Programa Permanente de Combate à Seca (Proseca). O programa tem por objetivo realizar levantamento completo dos recursos hídricos do semi-árido nordestino e identificar a demanda por água na região. A matéria será agora encaminhada à sanção presidencial.

O projeto prevê a interligação da Bacia do São Francisco com as de rios da porção setentrional (mais ao norte) do Nordeste, que deve ser realizada juntamente com a avaliação de transposição de águas das bacias do Tocantins e do Paraná.

De acordo com o projeto, de autoria do deputado Waldir Pires (PT-BA), o governo deve desenvolver ainda ações para capacitar



Juvêncio relatou a proposta que determina a identificação da demanda por água no semi-árido

a população a conviver de maneira harmônica com o clima e o ecossistema da região do Polígono da Seca. A elaboração de um projeto que promova a utilização integrada, racional e sustentada dos rios e lençóis subterrâneos de água também foi contemplada pela proposta, relatada no Plenário do Se-

nado pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

MISÉRIA

“O Nordeste brasileiro é a região semi-árida mais povoada do mundo. O semi-árido é viável, mas não é apto a criar muitos empregos que ocupem adequadamente sua mão-de-obra. Por isso é indispensável que sua economia disponha de projeto permanente, tecnicamente adequado, capaz de reverter o quadro de miséria e de redimir e libertar o povo do Nordeste”, justificou o deputado na apresentação do projeto.

Ao pedir a aprovação da matéria, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que essa “seria uma justa homenagem a Waldir Pires”, político que, segundo disse, prestou muitos serviços à vida pública nacional. Suplicy destacou que o mandato do deputado se encerra em fevereiro de 2003.

Minirreforma tributária terá votação rápida, diz Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que o Senado votará, “com a celeridade necessária”, a medida provisória (MP) da minirreforma tributária, já examinada pela Câmara dos Deputados. Ele assegurou que, assim que a matéria chegar à Casa, será lida em Plenário e o processo de exame legislativo iniciado imediatamente.

— Nós já estendemos o período dos trabalhos legislativos até o dia 20 deste mês e iremos votar tudo que for necessário e importante para o país avançar. Nada vai prejudicar essa intenção e temos recursos e alternativas, no âmbito do processo legislativo, capazes de cumprir essa determinação.

Da mesma forma, afirmou Ramez Tebet, ocorrerá com a análise do nome indicado pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para a presidência do Banco Central (BC). Ele garantiu que, assim que a mensagem presidencial for encaminhada ao Senado, a Comissão de Assuntos Econô-



Segundo Ramez Tebet, Senado votará “o que for necessário e importante para o país avançar”

micos (CAE) realizará a sabatina do indicado.

— No Senado, mesmo que as opiniões não sejam unânimes, como não são, o que posso assegurar é que a maioria esmagadora da Casa irá fazer o esforço que for preciso para auxiliar o próximo governo do Brasil.

SALÁRIO

O presidente do Senado também disse que a elevação do salário dos parlamentares — que usualmente e de acordo com a lei é acertada no último ano da legislatura anterior — não é assunto importante da pauta de trabalhos do Congresso.

Plenário elege senadores que vão integrar Comissão Representativa

Na sessão de ontem, o Plenário elegeu os senadores que irão integrar a Comissão Representativa para o período de recesso parlamentar, que tem início neste mês e se estende até 14 de fevereiro de 2003. A presidência da comissão caberá ao presidente do Senado, Ramez Tebet, e a vice-presidência deve ser ocupada por um deputado que integre a Mesa Diretora da Câmara.

De acordo com resolução de 1990, a comissão é responsável pelos trabalhos e prerrogativas do Congresso Nacional, Senado e Câmara no período. Cabe a ela, por exemplo, convocar ministros de Estado e formular-lhes requerimentos de informações.

A comissão deve também deliberar sobre eventual sustação de atos abusivos do governo federal; projetos relativos a créditos adicionais solicitados pelo Executivo que já tenham parecer da Comissão de Orçamento; e tratados internacionais cuja vigência terminar durante o recesso.

Os membros da Comissão Representativa podem ainda conceder licença a parlamentar e auto-

Os senadores na comissão	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Ramez Tebet (MS)	1. Juvêncio da Fonseca (MS)
Renan Calheiros (AL)	2. Gilberto Mestrinho (AM)
PFL	
Edison Lobão (MA)	1. José Agripino (RN)
Mozarildo Cavalcanti (RR)	2. Romeu Tuma (SP)
Bloco PSDB/PPB	
Geraldo Melo (PSDB-RN)	Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
Bloco Oposição (PT/PPS)	
Heloísa Helena (PT-AL)	Geraldo Cândido (PT-RJ)
PTB/PDT/PSB/PL	
Arlindo Porto (PTB-MG)	1. Carlos Patrocínio (PTB-TO)
Osmar Dias (PDT-PR)	2. Ademir Andrade (PSB-PA)

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

rizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do país. O quórum para reuniões é de um terço dos membros da comissão de cada uma das Casas, ou seja, três senadores e sete deputados.

Como se trata de fim de legislatura, o mandato da comissão será suspenso nos dias em que serão realizadas as sessões preparatórias para a posse dos parla-

mentares e as eleições das Mesas do Senado e Câmara.

A resolução determina que a comissão deve ser composta por sete senadores e 16 deputados, com igual número de suplentes. Porém, os partidos com menor representação no Senado (PDT, PTB, PSB e PL) têm direito a indicar membros. Por isso, foram eleitos oito senadores titulares e oito suplentes.



Fotos: José Cruz

Nabor agradeceu aos eleitores do Acre pelo apoio que recebeu durante quatro décadas

Nabor despede-se do Senado ao completar 40 anos de mandato

Ele começou como deputado estadual, em 1962, tendo sido também deputado federal, governador e senador por 16 anos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) ocupou ontem a tribuna do Senado para despedir-se da Casa e comemorar 40 anos de sucessivos mandatos eletivos. Senador por 16 anos, Nabor, que tentou a reeleição em outubro último, disse que jamais tripudiou sobre aqueles a quem venceu, em sete eleições, e que, com a mesma serenidade, acolhia o resultado do último pleito.

– Assim como a arrogância não me seduziu nas vitórias, a mesquinha covardia sequer passou perto de mim, na derrota. Em toda essa longa jornada, sempre tive em mente a lição de Pascal, de que a consciência é o melhor livro de moral que temos e o que mais devemos consultar.

O senador assumiu seu primeiro cargo eletivo – de deputado estadual – há exatos 40 anos, no dia 12 de dezembro de 1962, quando se instalou a Assembléia Constituinte do Acre. Ele afirmou que se despedia do Senado certo de terem sido “quatro décadas ricas de experiências, de dedicação,

de doação integral às causas populares e ao fortalecimento da República”.

Nascido no município de Tarauacá, Nabor Júnior foi deputado e constituinte estadual, deputado e constituinte federal, senador e governador. Segundo ele, nenhum parlamentar acreano cumpriu 40 anos ininterruptos em mandatos populares, marca que só pode ser encontrada no currículo de pouquíssimos homens públicos.

– Sou grato e reverencioso aos meus co-estaduanos, que me propiciaram tal glória – disse o senador.

Nabor lembrou sua atuação de oposição a governadores impostos pelo regime militar. Registrou ter sido coordenador da bancada acreana e ter integrado a Mesa da Câmara dos Deputados, a Executiva Nacional do então MDB e a Mesa do Senado. O senador lembrou também as propostas de sua autoria aprovadas durante a Assembléia Nacional Constituinte, como o confisco das terras utilizadas para plantio de culturas ilegais.

Parlamentares destacam integridade e perseverante cuidado com o Acre

O discurso de despedida do senador Nabor Júnior foi aparteado por 14 senadores, que destacaram, sobretudo, a honestidade do parlamentar e sua permanente dedicação ao estado do Acre.

Ney Suassuna (PMDB-PB) exaltou a firmeza com que Nabor sempre encaminhou os pedidos em favor do Acre e destacou sua integridade. Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que ele, retornando ao Acre, levará o que é mais importante na vida de um homem público: o respeito e o carinho da população.

Marluce Pinto (PMDB-RR) ressaltou a lealdade e a honestidade do senador, enquanto Fernando Ribeiro (PMDB-PA) referiu-se à sua atuação dentro do PMDB. Artur da Távola (PSDB-RJ) falou sobre seu cuidado com o Acre e Lindberg Cury (PFL-DF) exaltou a persistência do parlamentar na busca de suas metas. Maguito Vilela (PMDB-GO) qualificou o homenageado de íntegro e probo e Juvêncio da

Fonseca (PMDB-MS) afirmou que toda a vida de Nabor Júnior foi dedicada ao Acre.

Carlos Patrocínio (PFL-TO) referiu-se à dedicação do senador ao Acre, ao PMDB e ao Brasil. Ricardo Santos (PSDB-ES) testemunhou a participação de Nabor na Comissão de Educação (CE) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que era uma honra para o Brasil o fato de o homenageado ter exercido mandatos eletivos durante 40 anos. Carlos Bezerra (PMDB-MT) destacou a coerência partidária do senador e seu “nacionalismo impetuoso”.

Os outros dois senadores do Acre, ambos do PT, também elogiaram Nabor. Tião Viana destacou que a trajetória do senador deixou uma marca registrada na história política do estado e Marina Silva elogiou sua disposição para o diálogo com o movimento sindical, quando governador. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) também se associou às homenagens.



Senado encarna ideais, anseios e esperanças do povo brasileiro, diz Maldaner

Maldaner deixa a Casa com pronunciamento emocionado

Senador conclui oito anos de mandato com a certeza de ter cumprido “o objetivo de bem servir a Santa Catarina”

“Levo saudades e, ao mesmo tempo, a confortadora certeza de que, neste período, dei o melhor de mim, com o objetivo de bem representar Santa Catarina.” Essas palavras deram o tom da despedida de Casildo Maldaner (PMDB-SC) do Senado Federal. O senador aproveitou também para agradecer aos servidores da Casa, à família, aos amigos e correligionários.

Em discurso proferido na sessão plenária de ontem, Maldaner fez uma reflexão sobre a importância do Senado para a vida política do país.

– Temos sido, ao longo desses quase 180 anos de vida institucional, um misto de avalista, ama-seca e pai da Federação – afirmou. Se às vezes a Casa serviu de “bode expiatório das mazelas nacionais”, isso seria consequência, conforme justificou, da transparência com que a instituição se apresenta à sociedade.

Ao contrário dos demais Poderes da República, segundo o senador peemedebista, o Legislativo em geral, e o Senado, em particular, seria acompanhado de perto e alvo de cobranças constantes da opinião pública.

– Somos assim cobrados, por tudo e

por todos, exatamente porque nenhuma instituição encarna, como a nossa, os ideais, anseios e esperanças do povo brasileiro. Esse destino é a nossa agonia e, ao mesmo tempo, o nosso êxtase – declarou o parlamentar.

Casildo Maldaner também disse que iria levar um “baú de lembranças” dos oito anos que passou no Senado. “A começar pela sadia e enriquecedora convivência com meus pares, muitos deles adversários no campo das idéias; todos, sem exceção, irmãos na defesa dos interesses maiores do nosso país”, assinalou.

PROJETOS

Neste final de mandato, Maldaner tem quatro propostas pendentes de deliberação. Ele fez um apelo aos senadores para que as aprovem. Estão nesta situação o projeto que permite o uso da cota gráfica de senador na impressão de obras de cunho histórico e cultural; o que transforma o Fundo Especial para Calamidades Públicas para incluir a área de defesa civil; o que possibilita o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no custeio de despesas com educação; e o que trata da designação genérica para medicamentos veterinários.

Trajetória política competente e séria é lembrada em Plenário

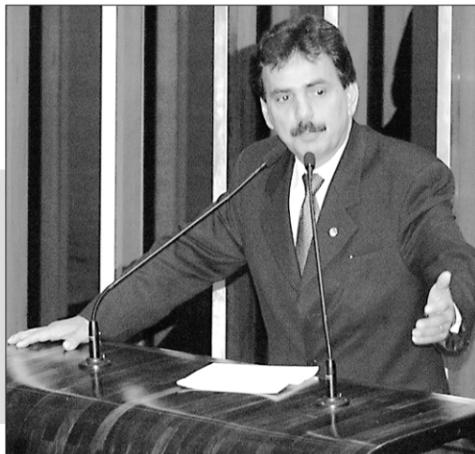
O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que o senador Casildo Maldaner cumpriu sua missão no Senado dedicando amor ao Brasil e a Santa Catarina. Tebet foi um dos parlamentares a homenagear Maldaner, que proferiu discurso de despedida ontem.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) salientou a liderança do parlamentar no PMDB.

– Vossa Excelência vai deixar uma lacuna muito grande no Senado, pelo homem sério, competente, puro e digno que é – acrescentou. Simon recordou o início da carreira política de Maldaner, há

30 anos, como vereador e, sobre sua saída do Senado, comentou que o político deve ser grande para reconhecer a derrota, de forma que os louros colhidos na vitória futura não lhe subam à cabeça.

Momentos antes do pronunciamento de Simon, os senadores Arlindo Porto (PTB-MG) e Lindberg Cury (PFL-DF) também dirigiram palavras de homenagem a Maldaner. Enquanto Porto ressaltou “o prestígio, a dedicação e o denodo” que pautaram a atuação do homenageado, Lindberg agradeceu o apoio recebido na apuração de denúncias de abusos contratuais praticados por multinacionais no país.



Ademir Andrade sugere aprofundar debate sobre transferência da empresa para a esfera estadual

Ademir quer adiar mudança na Companhia Docas do Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou-se contrário à conclusão do processo de estadualização da Companhia Docas do Pará (CDP), pelo menos por enquanto. Segundo o senador, a decisão final sobre a transferência da administração da empresa da esfera federal para a estadual só deve ser tomada após um debate maior do assunto com a sociedade.

Na opinião de Ademir, não há motivo para uma avaliação apresada da questão, sendo a Docas do Pará uma empresa enxuta, com um faturamento anual de R\$ 35 milhões. Além disso, com o governo Fernando Henrique chegando ao fim, o senador acredita ser melhor aprofundar a discussão sobre a companhia e deixar que a equipe do próximo presidente decida sobre o processo.

Ademir disse que outras experiências de transferência de administração de empresas para o nível estadual têm deixado dúvidas quanto ao melhor caminho a ser seguido. O senador afirmou que o Porto de Itajaí, em Santa Catarina, por exemplo, seguiu

esse modelo e está com dificuldades para captar recursos junto ao BNDES por causa de problemas com a máquina e a burocracia estaduais.

Ainda conforme o parlamentar, assuntos portuários não devem ser tratados apenas do ponto de vista econômico. Ele ressaltou que 2 mil pais de família serão atingidos por uma mudança no sistema de administração da Companhia Docas do Pará porque estão envolvidos no seu processo de produção, de forma direta, avulsa ou terceirizada. Ademais, outros segmentos populacionais paraenses que vivem em torno dos oito portos controlados pela empresa também seriam afetados.

PORTO DE BELÉM

Ademir destacou o possível fechamento do Porto de Belém por causa da melhor estrutura do Porto de Barcarena, localizado a 30 quilômetros da capital paraense. Ambos são administrados pela Docas do Pará e, por isso, os trabalhadores da região estão preocupados com as perdas trabalhistas que podem ter com a estadualização da empresa.

Aprovado pesar pela morte de ex-deputado do Piauí

Por requerimento do senador Freitas Neto (PSDB-PI), o Plenário aprovou, ontem, a inserção em ata de voto de pesar pela morte do ex-deputado estadual piauiense Manoel Nogueira Filho e o envio de condolências à família, à Assembléia Legislativa e à prefeitura e Câmara Municipal de Pedro II.

Ao encaminhar a votação do requerimento, Freitas Neto afirmou que Manoel Nogueira Filho

“fará falta ao Piauí, por sua correção, honestidade e atuação política”.

— Era um homem decidido nas posições que tomou ao longo de sua vida pública — afirmou o senador.

Ele acrescentou que Manoel Nogueira Filho foi prefeito e deputado estadual por várias legislaturas, marcando presença na vida pública contemporânea do Piauí.

CPI das ONGs recomenda continuidade de investigação

Relatório aprovado ontem sugere também a apresentação de projetos para aumentar o controle e a fiscalização das entidades

O relatório final da comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para apurar denúncias sobre a atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs), aprovado ontem por unanimidade, recomendou a vários órgãos governamentais, entre os quais a Polícia Federal, a Receita Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que aprofundem as investigações sobre atos ilícitos praticados por nove entidades. A CPI constatou que essas ONGs cometeram, entre outros crimes, evasão fiscal, atos lesivos à lei de registros públicos, crime ambiental e infrações tributárias.

Estão na lista de investigação as ONGs: Associação Amazônia; Focus on Sabbatical; Unificação das Famílias pela Paz Mundial; Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro (Cooperindio); Coordenação de União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Mato Grosso e Sul do Amazonas (Cunpir); Proteção Ambiental Cacaense (Paca); Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação (Adesbrar); Fundação O Boticário; e Núcleo de Apoio ao Paciente (Napacan). A



CPI aponta irregularidades em nove organizações não-governamentais

CPI constatou, por exemplo, que a Associação Amazônia, com sede em Manaus (AM), cometeu ao longo dos anos várias irregularidades, entre as quais de ter adquirido de forma questionável 172 mil hectares de terras no sul do estado de Roraima. A associação também foi acusada de cometer biopirataria.

COIBIR ABUSOS

O relatório final da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) sugere, ainda, a apresentação de projetos de lei destinados a coibir supostos abusos de entidades. Uma dessas proposições, num total de cinco, trata do registro, fiscaliza-

ção e controle das organizações não-governamentais. De acordo com o projeto, cada ONG prestará contas, anualmente, dos recursos recebidos por intermédio de convênios ou subvenções de origem pública ou privada.

A CPI foi criada em fevereiro de 2001 por sugestão do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que presidiu os trabalhos. Além de investigar denúncias sobre atuação irregular de ONGs, a comissão também apurou a interferência dessas organizações nas questões indígenas, ambientais e de segurança nacional, sobretudo daquelas que atuam na região amazônica.

Suplicy apóia protesto de juiz contra impunidade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem, em discurso no Plenário, a atitude do juiz Douglas de Melo Martins, da cidade maranhense de Araiões, que determinou a libertação de todos os presos do município. Conforme o parlamentar, o ato do magistrado foi um protesto contra a concessão de *habeas corpus* ao prefeito de Água Doce (MA), Francisco das Chagas Linhares; ao presidente da Câmara Municipal, José Maria Alves de Araújo; e ao primeiro-secretário da Casa, Francisco das Chagas Ribeiro da Paz, que estavam presos por serem acusados de formação de quadrilha e corrupção.

Suplicy informou que o Tribunal de Justiça do estado, diante

da manifestação do juiz de Araiões, revogou o *habeas corpus* e todos voltaram à prisão.

— O ato do juiz Douglas de Melo Martins é um alerta contra a impunidade dos crimes de corrupção, que, segundo o próprio magistrado, é muito grande no Maranhão — disse Suplicy.

Segundo o senador, há 20 dias o juiz Douglas vem enfrentando sindicância aberta pelo Tribunal de Justiça, por ter se rebelado contra a soltura das autoridades acusadas de formação de quadrilha. Várias entidades do estado já fizeram moção de apoio ao juiz, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil no estado e a Co-



Eduardo Suplicy também destacou prêmio concedido por festival cubano ao filme *Cidade de Deus*

missão de Justiça e Paz.

Eduardo Suplicy também comunicou ao Plenário que o filme *Cidade de Deus* ganhou o Prêmio Glauber Rocha, oferecido pela imprensa cubana, no 24º Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano de Havana, que termina hoje. O filme brasileiro concorreu com 41 outras produções de longa metragem.

Relatório final do Orçamento sai segunda-feira

Relator-geral da proposta orçamentária, senador Sérgio Machado, pretende concluir o documento no fim de semana. Ele diz que discussões com bancadas estaduais sobre relatórios temáticos estão adiantadas

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE), relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, informou que seu relatório final deve ser concluído no fim de semana, provavelmente no domingo à noite. Na segunda-feira, o texto estará disponível.

Ainda segundo Sérgio Machado, as discussões com as bancadas estaduais sobre os relatórios temáticos também estão bastante adiantadas. Nos últimos dias, o que chamou a atenção dos parlamentares foram os números do relatório da área temática III, de Fazenda e Desenvolvimento. Segundo o relator setorial, deputado Aírton Cascavel (PPS-RR), a dívida mobiliária federal interna (com



Sérgio Machado conclui seu relatório provavelmente no domingo à noite

títulos federais) saltou de R\$ 738,2 bilhões em dezembro de 2002 (projeção orçamentária) para R\$ 884,1 bilhões. Um crescimento de 19,76%. O pagamento de juros e encargos da dívida bruta deve chegar a R\$

93,6 bilhões. Em 2002, os gastos sob essa rubrica ficaram em R\$ 57,7 bilhões.

Áreas como Saúde, Integração Nacional, Meio Ambiente e Transportes sofrerão com a escassez de recursos. O valor destinado à Saúde é de R\$ 28,46 bilhões – segundo o relator setorial, deputado Alexandre Santos (PSDB-RJ), inferior ao exigido pela Constituição. A Integração Nacional terá menos 30,8% do que no Orçamento de 2002. Meio Ambiente tem redução de 35,8%.

No caso dos Transportes, nem o aumento da alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) impediu a queda de 31% nos recursos destinados para o setor. Em decorrência da crise energética, a área de Minas e Energia teve seus recursos acrescidos em 12%.

Aumento dos remédios é abusivo, diz Patrocínio

Tendo como base documento enviado pelo Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal (CRF-DF), o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) denunciou em Plenário, ontem, o aumento “abusivo e exorbitante” dos preços dos remédios neste fim de ano. Segundo o parlamentar, o aumento



Patrocínio considera o aumento dos preços dos remédios injustificado

não é justificado, uma vez que diversos insumos tiveram redução de aproximadamente 40% e cerca de 90% dos medicamentos não têm mais patentes.

Patrocínio citou pesquisa realiza-

da pelo CRF-DF, segundo a qual 865 medicamentos sofreram alta de preços acima do limite permitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que é de 9,92%. Deu como exemplo o remédio imunossupressor Sigmasporin Microral do Laboratório Sigma Pharma, com função de reestruturar o sistema imunológico, destinado a pacientes soropositivos e portadores de câncer, que subiu de R\$ 266,74 em novembro para R\$ 397,52 em dezembro, um aumento de 49%.

A pesquisa do CRF-DF, citada pelo parlamentar, revelou também que desde 1994 o faturamento da indústria farmacêutica aumentou aproximadamente 326%. Já a venda de remédios cresceu 1,68% e o lucro do setor foi de R\$ 5,47 bilhões.

O senador salientou que, atualmente, no Brasil, cerca de 54 milhões de pessoas não têm condições de comprar remédios e/ou dependem da distribuição gratuita.

O parlamentar alertou que os preços poderão ficar fora de controle caso não seja reeditada, até 31 deste mês, norma do Ministério da Saúde que controla os aumentos dos preços dos remédios. Nessa data, lembrou, a norma perde sua eficácia.

Freitas Neto pede varas trabalhistas para o Piauí

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) afirmou ontem, em Plenário, que cerca de 1,8 milhão de piauienses estão, no momento, sem acesso à Justiça do Trabalho. Ele fez um apelo à Câmara dos Deputados para que vote, com a rapidez possível, projeto que cria seis varas trabalhistas no Piauí. Segundo o senador, “trata-se de questão vital” para a Justiça Trabalhista do estado.

Freitas Neto informou que as varas trabalhistas existentes no Piauí atendem a apenas 15% dos 223 municípios do estado, além de estarem com sobrecarga de trabalho. Lembrou que há apenas 10 anos o Piauí conta com Tribunal

Regional do Trabalho, e afirmou que a Justiça do Trabalho só está presente nas cidades de Teresina, Parnaíba e São Raimundo Nonato.

O senador citou declaração do juiz Fausto Lustosa, que acaba de deixar a presidência do TRT do Piauí, de que, devido à demanda reprimida de ações, seriam necessárias pelo menos 15 varas trabalhistas para atender à população. Citou tam-



Freitas Neto: varas trabalhistas atendem só 15% dos municípios

bém a juíza Enedina Gomes Santos, nova presidente do TRT, que defendeu a urgente aprovação do projeto que cria as seis varas trabalhistas nos municípios de Floriano, Corrente, Oeiras, Picos, Piri-piri e Barras.

O problema da Justiça do Trabalho no Piauí, observou Freitas Neto, afeta tanto empregados quanto empregadores. Para ele, cabe ao Congresso atenuar, ao menos, “essa grave dificuldade”.

Rocha quer apoio a programa radiofônico de alfabetização

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu ontem ao presidente do Senado, Ramez Tebet, e à sociedade em geral apoio e patrocínio ao programa radiofônico “Escola Brasil”, produzido por uma organização não-governamental (ONG) do mesmo nome e que é transmitido



Sebastião Rocha informa que o “Escola Brasil” já recebeu vários prêmios

por 36 emissoras de rádio em todo o país, inclusive a Rádio Nacional e a Rádio Nacional da Amazônia, emissoras da estatal Radiobrás. Rocha disse que o programa ficou um mês fora do ar por falta de patrocínio e apoio.

Sebastião Rocha explicou que o programa “Escola Brasil” dedica-se a alfabetizar crianças e adultos e a formar pais e professores para a tarefa de alfabetização. O programa é transmitido pela Rádio Naci-

onal às 6h30 e pela Rádio Nacional da Amazônia às 8h, em um total de 30 minutos diários, de segunda a sexta-feira. O programa foi criado em dezembro de 1997, recebe cerca de 40 mil cartas por mês, e só voltou ao ar graças ao apoio do representante da Unesco no

Brasil, Jorge Bertani, e dos Ministérios da Justiça e da Educação.

– Apelo ao presidente do Senado para que a Rádio Senado Ondas Curtas, que atinge toda a região amazônica, passe a transmitir o programa, que já ganhou prêmios da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedo (Abrinq), da Unicef e da Fundação Libero Badaró, além de ter sido finalista do Prêmio Ayrton Senna – afirmou.

Santos critica cobrança sobre terrenos de marinha

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) protestou ontem contra a cobrança que vem sendo feita pela Secretaria de Patrimônio da União, de débitos retroativos a 1990, junto à população litorânea e ribeirinha do Espírito Santo e de todo o país, que ocupa os chamados “terrenos de



Santos pede suspensão da cobrança até que o Congresso delibere

marinha”. Segundo ele, vêm sendo cobradas quantias expressivas na forma de foro, diferença de laudêmio e de taxas de ocupação.

Santos informou que, em seu estado, muitas das 9.300 pessoas notificadas para pagar débitos de até 12 anos atrás sequer sabiam que ocupavam terrenos de marinha, instituído baseado em legislação retrógrada, de 1831, que os delimita numa distância de 33 metros da preamar.

Além da cobrança de taxas diferenciadas de ocupação anual sobre

o valor do domínio útil do imóvel, que oscilam de 2% a 5%, o senador disse que os usuários desses terrenos sujeitam-se a uma taxa de 5% a título de laudêmio sobre o valor do domínio pleno dos imóveis, que se superpõe a tributos e taxas cartoriais aplicados nas operações de transferência da

titularidade dessas propriedades.

Santos lembrou que se encontra tramitando na Câmara projeto de sua autoria, já aprovado no Senado, que reconhece as escrituras públicas antigas outorgadas a adquirentes de imóveis considerados terrenos de marinha e seus acrescidos.

Ele fez, em seguida, um apelo para que o Ministério do Planejamento e Gestão suspenda a cobrança dos débitos de até 12 anos dos terrenos de marinha, até que o Congresso Nacional delibere sobre o assunto.

Melo: fala de Lula afeta confiança na economia

Na condição de líder de seu partido, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) criticou ontem a tentativa do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva de fazer humor com a situação da economia brasileira, ao anunciar o nome do médico Antônio Palocci como futuro ministro da Fazenda, ainda nos Estados Unidos.

— A fala do presidente eleito, que sugere estar a nossa economia em estado terminal, abala profundamente a confiança no próprio país e na nossa economia — afirmou Geraldo Melo. O senador referiu-se ao comentário de Lula, que disse estar nomeando um médico para uma economia que está na UTI.

— Sua Excelência tem um aguçado senso de humor, mas um presi-



Geraldo Melo: "É melhor perder a piada do que perder a confiança da comunidade internacional"

dente da República tem que refrear o humor em nome da responsabilidade do cargo. É melhor perder a piada do que perder a confiança da comunidade internacional — observou o líder do PSDB.

Maguito aponta abusos na campanha eleitoral em Goiás

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou ontem que o governador reeleito de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) "por abuso de poder econômico, político e de autoridade, além de uso indevido de dinheiro público e de órgãos de comunicação", na última campanha eleitoral. Conforme observou, os abusos cometidos foram tantos que o Ministério Público chegou a pedir a cassação da candidatura e a suspensão dos direitos políticos do governador.

Na ação movida pelo Ministério Público, Maguito disse constar uma fita gravada em que o governador teria dito a aliados que o dinheiro da comunicação garantiria sua vitória. Reproduziu ainda declaração do procurador regional eleitoral de Goiás, Marco Túlio de Oliveira e Silva, afirmando que "os abusos praticados causaram graves prejuízos à liberdade do voto, viciando a vontade política dos eleitores, promovendo desequilíbrio em favor do candidato investigado e comprometendo a eleição para governador de Goiás".

Ao detalhar as irregularidades atribuídas à campanha de Perillo, o senador peemedebista citou



Maguito: Ministério Público pediu cassação da candidatura do governador

gastos "exagerados e de cunho político-eleitoral", de acordo com o Ministério Público, do governo goiano com publicidade; a perseguição e o fechamento de meios de comunicação que lhe dirigiram críticas, como a Rádio K do Brasil; e o uso da máquina administrativa e de programas sociais para aliciar eleitores.

Maguito queixou-se de decisão de uma juíza de Goiás de proibir a imprensa local e os adversários políticos de Perillo de criticarem o governo nos debates. Sentença da mesma juíza também o impediu de cobrar maior celeridade do Ministério Público estadual na apuração das denúncias contra o governador. Ao mesmo tempo em que Perillo se ausentava dos debates, Maguito observa que os adversários, incluindo ele, eram proibidos de lhe dirigir críticas.

Candidato derrotado ao governo de Goiás, Maguito disse não ter feito esse pronunciamento logo após a eleição "para que não fosse tomado apenas como um desabafo".

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) expressou solidariedade e destacou o "espírito combativo" de Maguito em defesa do interesse público.

Porto defende a reforma política com voto distrital

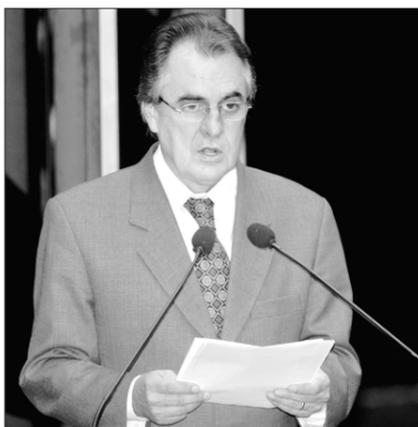
Paternalismo tem sido utilizado pelas elites para construir seu poder e excluir grandes massas do processo político, adverte senador

Ao defender ontem a realização de uma ampla reforma política, Arlindo Porto (PTB-MG) propôs que entre as principais mudanças esteja a introdução do voto distrital, considerado pelo senador como mecanismo capaz de mudar por completo a representatividade parlamentar.

Eleito por imensa maioria de votos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pode, no entender do senador, "abdicar da reforma política, que é a base das grandes transformações desejadas pelo país".

Para se chegar a esse novo quadro político, o Congresso deveria, segundo Porto, rever o sistema de proporcionalidade parlamentar; exigir maior ligação do parlamentar com o seu partido político; eliminar as barreiras burocráticas que impedem a representação política; propiciar mais democracia na relação entre as instâncias partidárias; estabelecer normas para garantir a fidelidade partidária; e impor um fim às chamadas legendas de aluguel.

Depois de lembrar que o regime parlamentarista não encontrou respaldo nos plebiscitos realizados no país sobre a melhor forma de sistema de governo (em 1963 e em 1993), Porto disse que o presidencialismo brasileiro vive



Arlindo Porto quer acabar com distorções do sistema proporcional

uma crise, "guardando, ainda, todos os vícios do passado, no sentido de alimentar a corrupção, o clientelismo e o fisiologismo, que contribuem para desmoralizar as instituições políticas".

Arlindo Porto diz que foi sempre por meio do paternalismo, de promessas não-cumpridas e da exclusão de participação das grandes massas do processo político que as elites nacionais construíram o seu poder e moldaram a vida política do país.

A reforma política — observa Arlindo Porto — precisa ir muito além do fortalecimento dos partidos, do cumprimento da fidelidade partidária, das melhores formas de financiamento das campanhas eleitorais ou do estabelecimento de limites mais rígidos à imunidade parlamentar.

O senador defendeu uma revi-

são do sistema que define as representações de cada estado, evitando-se a distorção da proporcionalidade. As regras atuais determinam que nenhuma unidade da Federação tenha menos de oito e mais de 70 deputados federais. Dessa forma, São Paulo, que tem 22,26% dos eleitores, conta com 70 deputados — cerca de 13% da composição da Câmara. No outro lado, Roraima, com 0,18% do eleitorado, tem oito deputados ou 1,5% dos deputados.

— Ainda que não se atinja a proporcionalidade absoluta, é preciso que haja uma aproximação maior entre o valor do voto de todos os brasileiros — disse.

Arlindo Porto também defendeu a adoção do voto distrital. Pelo sistema, o parlamentar eleito é o que obtém mais votos em determinado distrito eleitoral, diferente do método atual, que leva em consideração os votos recebidos pelos partidos ou coligações.

Em aparte, o senador José Fogaça (PPS-RS) lamentou que o presidencialismo brasileiro tenha sido, na sua opinião, o maior interessado na manutenção de um Congresso Nacional enfraquecido. Para ele, não há em todo o mundo nenhum exemplo de presidencialismo conjugado a um multipartidarismo, já que nos Estados Unidos prevalece o bipartidarismo, enquanto na Argentina e no Uruguai é pequeno o número de partidos.

Jucá elogia gestão da prefeitura de Boa Vista

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou ontem a prefeitura de Boa Vista, capital do seu estado, por estar entre os 20 finalistas do prêmio intitulado Inovação em Gestão Pública e Cidadania, distribuído anualmente pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com a Fundação Ford.

Os 20 finalistas ao prêmio em 2002, que teve mais de 900 inscritos, expuseram seus programas para uma banca examinadora, no último dia 6, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.

A prefeitura de Boa Vista participa da premiação com o Programa Braços Abertos, implementado pela atual prefeita Teresa Jucá, esposa do senador. O programa consiste no mapeamento da cidade, para efeito de aplicação de medidas de combate à pobreza, geração de emprego e renda e de apoio à infância e à juventude. O programa trabalha com a cooperação de cerca de 1.300 líderes comunitários e de várias instituições públicas e privadas.

Segundo Romero Jucá, desde 1996, mais de 5 mil programas governamentais já se inscreveram nos ciclos de premiação da FGV e Fundação Ford.



Jucá: prefeitura está entre 20 finalistas do prêmio Inovação em Gestão Pública e Cidadania

Os programas inscritos devem ter pelo menos um ano de operação e prever estímulo a iniciativas inovadoras na administração pública.

Sociedade terá mais acesso às atividades do Senado

Entre os três novos serviços lançados ontem está uma série de programas de TV, destinada às prefeituras, sobre Orçamento da União

O Senado lançou ontem três novos produtos de comunicação que ampliam o acesso da sociedade às atividades do Poder Legislativo. Os serviços visam garantir a transparência da informação e aproximar o cidadão do trabalho dos senadores, segundo afirmou o diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, Vagner Caldeira, que anunciou as novas ferramentas explicando o formato e o objetivo de cada uma delas.

A partir de hoje, a TV Senado transmitirá, às 8h30, série de oito programas, organizados pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) em parceria com a emissora, que explicam às prefeituras e assembleias legislativas como funciona o exame do Orçamento da União no Congresso.

Os outros dois produtos, conforme Caldeira, buscam a agilização dos trabalhos de comunicação da Casa. Um deles é a Central de Produção de Pauta (CPP), que funcionará via Intranet, disponibilizando para jornalistas do Senado e de outros órgãos de imprensa que trabalham na Casa informações sobre projetos, pareceres e votações em linguagem jornalística.

A idéia da central, conforme a



Ramez Tebet, presidente do Senado, anuncia durante cerimônia as novas iniciativas que aumentarão transparência dos trabalhos da Casa

diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, é evitar a repetição do trabalho dos jornalistas e também auxiliar na pesquisa de matérias em tramitação, com um texto mais rápido, simplificado e atualizado.

ONDAS CURTAS

O terceiro produto é a Rádio Senado Ondas Curtas (5.990 KHz, na frequência de 49 metros), que já funciona desde 1997 vinculada à Rádio Senado FM e agora terá programação independente, mantendo apenas a íntegra dos trabalhos dos senadores. O diretor da Rádio Senado, Max Fabiano, informou que a emissora utilizará linguagem mais simples

e menos voltada para o público urbano, em programas de serviços e até de alfabetização ainda em fase de montagem. A rádio alcança as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A cerimônia de lançamento dos novos produtos contou com a presença do presidente do Senado, Ramez Tebet, do primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PTB-PE), dos demais membros da Mesa, do diretor-geral, Agaciél da Silva Maia, e de outros diretores da Casa. Os senadores presentes assistiram a vídeo com o programa do ILB e receberam CD com trechos da programação da Rádio Senado Ondas Curtas.

Tebet ressalta esforço para informar cidadão

Os esforços do Senado para aumentar a interação com o cidadão e tornar transparentes as informações sobre as atividades do Legislativo mereceram o elogio do presidente do Senado, Ramez Tebet, durante a cerimônia de lançamento dos três novos produtos de comunicação elaborados pela administração da Casa. O evento, ontem, contou com a participação do primeiro-secretário, senador Carlos Wilson, e de outros membros da Mesa.

— A administração do Senado e os funcionários responsáveis pelos serviços de comunicação têm feito um trabalho extraordinário, impecável, dentro do propósito de aproximar o cidadão do Legisla-

tivo, educando, entretendo e informando. Esse empenho deve ser reconhecido e cumprimentado — afirmou o senador.

Ramez Tebet destacou a série de programas produzida pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) em parceria com a TV Senado para ensinar as prefeituras a lidar com o orçamento, lembrando que o assunto é de difícil entendimento para o público em geral. Considerou positiva, principalmente, a utilização nesse e nos outros dois produtos de comunicação — a Central de Produção de Pauta e a Rádio Senado Ondas Curtas — de linguagem simples, que possa ser entendida por todos.

Para Ramez Tebet, a administra-

ção do Senado, atuando nessa direção, está sintonizada com os anseios da população e com o sentimento de esperança que existe, hoje, na sociedade brasileira. Essas ações, observou, aliam o discurso à realidade do país.

— O Senado tem a obrigação de auxiliar no que puder para não deixar morrer essa esperança e auxiliar nossa nação, que vive hoje a plenitude democrática, a concretizar a democracia na melhoria da qualidade de vida das famílias, diminuindo a pobreza e as injustiças sociais — declarou o presidente do Senado. Ele aproveitou para desejar um feliz Natal e um 2003 repleto de esperanças a todos.

Mozarildo quer medidas para melhorar os índices de saúde

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) levou ao Plenário dados do relatório sobre a saúde no mundo, divulgado no final do primeiro semestre pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O estudo tomou como base o ano 2000 e coloca o Brasil em 125º lugar entre as 191 nações pesquisadas, a partir de análise comparativa dos serviços oferecidos.

De acordo com o relatório, a França tem o melhor sistema de saúde do mundo. O Brasil está em posição inferior à de países como Tonga, Iêmen, Paquistão, Butão, Cabo Verde e Senegal.

Mozarildo reconheceu os esforços do governo para superar as deficiências do sistema brasileiro de saúde. O relatório, conforme Mozarildo, “deixou uma ponta de esperança para todos os que não conseguiram boa classificação”, como foi o caso do Brasil.

— Segundo os técnicos que prepararam o documento, em todos os países avaliados existem amplas possibilidades para melhorar o desempenho do sistema de saúde, bastando, para isso, utilizar de maneira criteriosa os recursos disponíveis — disse.

O estudo estabelece um índice de desempenho que mede o quanto cada país aproveita dos recursos que tem disponíveis para o setor de saúde. Para explicar melhor os fundamentos do levantamento, disse o senador, a OMS utilizou os seguintes critérios: nível global de saúde da po-



Mozarildo: ONU coloca Brasil em 125º lugar na qualidade do serviço de saúde oferecido à população

pulação; desigualdade da saúde da população; eficiência do sistema de saúde; diferença da eficiência de acordo com as classes sociais; e diferenças de gastos com saúde na população.

BUROCRACIA

Diminuir a burocracia que dificulta o funcionamento do sistema, maximizar os recursos existentes, assegurar medicamentos e vacinas necessários para evitar epidemias e garantir a prevenção de doenças estão entre as sugestões apresentadas pela OMS em seu relatório.

A qualificação dos profissionais, que deveriam compulsoriamente passar pelo menos um ano trabalhando no interior, e o incentivo à criação de bons cursos de medicina em regiões mais carentes são, na avaliação do senador, duas medidas que devem ser adotadas pelo próximo governo para melhorar o atendimento nos municípios mais pobres.

Representantes de auditores visitam presidente da Casa

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem a visita de representantes das entidades que congregam os auditores fiscais. Eles agradeceram o empenho do senador na aprovação da medida provisória (MP) que mantém a paridade entre os vencimentos dos ativos e dos pensionistas da carreira de auditores.

A medida, que foi promulgada e publicada no *Diário Oficial da União* (DOU) da última segunda-feira, dia 9, também melhora os salários dos auditores em início de carreira e vai beneficiar

cerca de 20 mil funcionários integrantes das auditorias fiscais da Secretaria da Receita Federal, da Previdência Social e do Trabalho.

O senador Ramez Tebet afirmou que a aprovação da medida provisória foi “uma questão de justiça e de cumprimento da Constituição”. Também aproveitou para agradecer a dedicação do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) na elaboração dos acordos com as lideranças políticas que possibilitaram a aprovação da medida.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Carlos Wilson, Mozarildo Cavalcanti, Maguito Vilela, Leomar Quintanilha e Arlindo Porto